

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 18/2024 CGPTE – Caminho da Escola	
Título e Código do Projeto	914BRZ1149 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>10 meses</i>
Número de vagas:	4 (quatro)
Enquadramento no Prodop	Resultado 1.1: Sistematização, análise e avaliação das experiências brasileiras e internacionais na implementação de programas de transferência direta de recursos para as escolas e programas de apoio ao transporte escolar elaborados e publicados. Atividade 1.1.6 Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), do Programa Caminho da Escola. Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

Para atingir esse objetivo, o projeto visa fortalecer e consolidar três programas principais: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). Os resultados esperados incluem melhorias significativas nessas políticas educacionais, contribuindo assim para a redução da desigualdade no acesso à educação e para o aprimoramento dos índices de aprendizagem dos estudantes brasileiros.

No FNDE, a Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar (CGPTE), vinculada a Diretoria de Ações Educacionais – DIRAE, tem como atribuições principais planejar a necessidade de recursos voltados à política pública de transporte escolar, gerir programas de assistência técnica e financeira no âmbito do transporte escolar e implementar projetos e ações voltados ao monitoramento da execução dos programas federais de transporte escolar – Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

Para que os programas de transporte escolar sejam bem compreendidos e executados, o FNDE precisa investir em estratégias efetivas de assistência técnica. Entende-se necessária a contratação de consultores para realizar estudos detalhados sobre os investimentos realizados no âmbito do Programa Caminho da Escola, com foco na análise do valor investido anualmente por tipo e modelo de veículo adquirido, a quantidade de veículos entregues, a eficiência operacional do transporte escolar, e a identificação de quais modelos são os mais utilizados e eficazes. O trabalho resultará em recomendações para a otimização dos recursos financeiros e para a adequação do programa às necessidades regionais e locais, promovendo maior eficiência e impacto social.

Ressalta-se a inexistência de profissionais com esse perfil disponíveis na Autarquia para o desenvolvimento das atividades.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) **Resultado 1.1:** Sistematização, análise e avaliação das experiências brasileiras e internacionais na implementação de programas de transferência direta de recursos para as escolas e programas de apoio ao transporte escolar elaborados e publicados.

b) **Atividade 1.1.6:** Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELOS CONSULTORES

As atividades são comuns para todos os consultores

Atividade 1: Coletar informações sobre investimentos e entrega de veículos no Programa Caminho da Escola no ano especificado.

Atividade 2: Examinar os efeitos dos investimentos no FNDE e nos entes federados, destacando tendências e variações.

Atividade 3: Relacionar os veículos entregues às condições geográficas, logísticas e operacionais de cada região.

Atividade 4: Analisar indicadores de desempenho dos veículos, como custos, consumo, durabilidade e adequação às vias.

Atividade 5: Desenvolver ranking dos modelos mais eficazes com base em critérios técnicos e satisfação dos usuários.

Atividade 6: Propor melhorias para aquisição, gestão de frota e escolha de modelos adequados às regiões.

Atividade 7: Organizar os dados e análises em relatórios técnicos claros e estruturados.

Atividade 8: Reunir-se com os gestores para apresentar cada etapa de desenvolvimento e, com base nos feedbacks, fazer os ajustes necessários.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor nº 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” – contendo detalhamento do valor investido no âmbito do Programa Caminho da Escola, no ano de 2019, segmentado por tipo e modelo de veículo adquirido. O documento deve incluir uma análise histórica das variações de investimento e o impacto orçamentário para o FNDE e os entes federados.	45 dias
Documento Técnico “B” – contendo levantamento e análise da quantidade de veículos entregues, no ano de 2019, por tipo e modelo, relacionando esses dados às características geográficas, logísticas e operacionais de cada região, destacando as adequações e limitações encontradas.	120 dias
Documento Técnico “C” – contendo comparativo sobre a eficiência operacional dos diferentes modelos de veículos adquiridos pelo Caminho da Escola, no ano de 2019, com base em indicadores como consumo de combustível, custos de manutenção, durabilidade, capacidade de transporte e adequação às condições das vias em áreas rurais e urbanas.	180 dias
Documento Técnico “D” – contendo um ranking dos modelos de veículos mais utilizados e eficazes no transporte escolar no ano de 2019, com recomendações baseadas em análises qualitativas e quantitativas, considerando aspectos como custo-benefício, sustentabilidade e satisfação dos usuários.	240 dias
Documento Técnico “E” – contendo consolidação dos dados com recomendações estratégicas para otimização dos recursos financeiros e operacionais do programa, incluindo sugestões para a escolha de modelos de	300 dias

veículos mais adequados às realidades regionais e propostas de melhorias para o processo de aquisição e gestão de frota.	
--	--

Consultor nº 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” – contendo detalhamento do valor investido no âmbito do Programa Caminho da Escola, no ano de 2020, segmentado por tipo e modelo de veículo adquirido O documento deve incluir uma análise histórica das variações de investimento e o impacto orçamentário para o FNDE e os entes federados.	45 dias
Documento Técnico “B” – contendo levantamento e análise da quantidade de veículos entregues, no ano de 2020, por tipo e modelo, relacionando esses dados às características geográficas, logísticas e operacionais de cada região, destacando as adequações e limitações encontradas	120 dias
Documento Técnico “C” – contendo comparativo sobre a eficiência operacional dos diferentes modelos de veículos adquiridos pelo Caminho da Escola, no ano de 2020, com base em indicadores como consumo de combustível, custos de manutenção, durabilidade, capacidade de transporte e adequação às condições das vias em áreas rurais e urbanas.	180 dias
Documento Técnico “D” – contendo um ranking dos modelos de veículos mais utilizados e eficazes no transporte escolar no ano de 2020, com recomendações baseadas em análises qualitativas e quantitativas, considerando aspectos como custo-benefício, sustentabilidade e satisfação dos usuários.	240 dias
Documento Técnico “E” – contendo consolidação dos dados com recomendações estratégicas para otimização dos recursos financeiros e operacionais do programa, incluindo sugestões para a escolha de modelos de veículos mais adequados às realidades regionais e propostas de melhorias para o processo de aquisição e gestão de frota.	300 dias

Consultor nº 3

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” – contendo detalhamento do valor investido no âmbito do Programa Caminho da Escola, no ano de 2021, segmentado por tipo e modelo de veículo adquirido O documento deve incluir uma análise histórica das variações de investimento e o impacto orçamentário para o FNDE e os entes federados.	45 dias
Documento Técnico “B” – contendo levantamento e análise da quantidade de veículos entregues, no ano de 2021, por tipo e modelo, , relacionando esses dados às características geográficas, logísticas e operacionais de cada região, destacando as adequações e limitações encontradas.	120 dias
Documento Técnico “C” – contendo comparativo sobre a eficiência operacional dos diferentes modelos de veículos adquiridos pelo Caminho da Escola, no ano de 2021, com base em indicadores como consumo de combustível, custos de manutenção, durabilidade, capacidade de transporte e adequação às condições das vias em áreas rurais e urbanas.	180 dias
Documento Técnico “D” – contendo um ranking dos modelos de veículos mais utilizados e eficazes no transporte escolar no ano de 2021, com recomendações	240 dias

baseadas em análises qualitativas e quantitativas, considerando aspectos como custo-benefício, sustentabilidade e satisfação dos usuários.	
Documento Técnico “E” – contendo consolidação dos dados com recomendações estratégicas para otimização dos recursos financeiros e operacionais do programa, incluindo sugestões para a escolha de modelos de veículos mais adequados às realidades regionais e propostas de melhorias para o processo de aquisição e gestão de frota.	300 dias

Consultor nº 4

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” – contendo detalhamento do valor investido no âmbito do Programa Caminho da Escola, no ano de 2022, segmentado por tipo e modelo de veículo adquirido. O documento deve incluir uma análise histórica das variações de investimento e o impacto orçamentário para o FNDE e os entes federados.	30 dias
Documento Técnico “B” – contendo levantamento e análise da quantidade de veículos entregues, no ano de 2022, por tipo e modelo, relacionando esses dados às características geográficas, logísticas e operacionais de cada região, destacando as adequações e limitações encontradas.	65 dias
Documento Técnico “C” – contendo comparativo sobre a eficiência operacional dos diferentes modelos de veículos adquiridos pelo Caminho da Escola, no ano de 2022, com base em indicadores como consumo de combustível, custos de manutenção, durabilidade, capacidade de transporte e adequação às condições das vias em áreas rurais e urbanas.	105 dias
Documento Técnico “D” – contendo um ranking dos modelos de veículos mais utilizados e eficazes no transporte escolar no ano de 2022, com recomendações baseadas em análises qualitativas e quantitativas, considerando aspectos como custo-benefício, sustentabilidade e satisfação dos usuários.	145 dias
Documento Técnico “E” – contendo consolidação dos dados com recomendações estratégicas para otimização dos recursos financeiros e operacionais do programa, incluindo sugestões para a escolha de modelos de veículos mais adequados às realidades regionais e propostas de melhorias para o processo de aquisição e gestão de frota.	190 dias

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Ciências Sociais Aplicadas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. **Formação Acadêmica:** Pós-graduação, em nível de especialização devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC
- c. **Experiência profissional:** Mínima de 02 (dois) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento e análise de processos.
- d. **Experiência profissional:** Mínima de 2 (dois) anos em levantamento e análise de dados e produção de pareceres e/ou relatórios.

A experiência e o conhecimento profissional deverão ser demonstrados por prova material, tais como certificados de proficiência, contratos, declaração de atividades, carteira de trabalho, curso de capacitação, declarações de aptidão e trabalhos já realizados, publicações de artigos ou teses e, por fim, participação em comitês, comissões e colegiados.

7 - Processo seletivo

- 7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, preferencialmente, por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo no mínimo 2 (dois) servidores do FNDE, e podendo ser um representante da coordenação do Organismo Internacional.
- 7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.
- 7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.
- 7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;
- c) Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- d) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência
- e) As candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- f) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.
- g) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- h) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília,

no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

- b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

7.4.3 TERCEIRA ETAPA - Análise documental/convocação

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail 914BRZ1149@fnde.gov.br;
- d) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- e) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- f) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- g) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7.4.4 Critérios de desempate

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de análise curricular.
- b) Maior tempo de experiência em atividades relacionadas ao acompanhamento e análise de processos.
- c) Maior tempo de experiência em levantamento e análise de dados e produção de pareceres e/ou relatórios.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato
--

1	Formação acadêmica	Obrigatório - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Ciências Sociais Aplicadas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC. Obrigatório: Pós-graduação, em nível de especialização, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[100%] 10 pontos: Mestrado ou Doutorado [90%] 9 pontos: pós graduação	10
2	Experiência do candidato	É obrigatória experiência mínima de 02 (dois) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento e análise de processos.	[100%] 35 pontos: 4 (quatro) ou mais anos de experiência [85%] 29,75 pontos: 3(três) anos [70%] 24,5 pontos: 2 (dois) anos	35
		É obrigatória: experiência mínima de 2 (dois) anos em levantamento e análise de dados e produção de pareceres e/ou relatórios.	[100%] 35 pontos: 4 (quatro) ou mais anos de experiência [85%] 29,75 pontos: 3(três) anos [70%] 24,5 pontos: 2 (dois) anos	35
3	Entrevista	Conhecimento em levantamento e análise de dados e produção de pareceres e/ou relatórios.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Conhecimento sobre o Programa Caminho da Escola	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
TOTAL				100

9 – LOCAL DE TRABALHO:

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

10 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Coordenador-Geral da Política do Transporte Escolar - CGPTE por meio eletrônico, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor, na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

Brasília/DF, dezembro de 2024.